

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-SP

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08658.002753/2026-84

2. Normas aplicáveis**Normas licitatórias regentes:**

- Lei nº 14.133/2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Norma Licitatórias acessórias:

- Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 10.193/2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal;
- Instrução Normativa nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 03/2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022: regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023: Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022: Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022: Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022: Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.

Normas específicas do objeto:

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Instrução Normativa PRF nº 64, de 07 de Dezembro de 2021, que define os procedimentos necessários para que seja autorizado a implementação, organização e funcionamento dos canis e das atividades de cinotecnia no âmbito das Superintendências da Polícia Rodoviária Federal.

3. Lei de acesso a informação

3.1 A divulgação das informações relativas à presente contratação não se mostra imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, não é passível de classificação visto que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 23 da Lei 12.527/2011.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAD-SP	MOISES DE MELO

5. Descrição da necessidade

Vigilância patrimonial armada com fornecimento de mão de obra residente

a) Justificativa da contratação

A Polícia Rodoviária Federal conta, além das UOPs - Unidades Operacionais, comumente denominadas de postos, com as unidades administrativas, que abrigam as sedes das Superintendências e das Delegacias.

As unidades administrativas mencionadas, de maneira geral, funcionam em horário de expediente, de modo que contam com fluxo de usuários dos serviços da PRF, prestadores de serviço, fornecedores e servidores durante o dia e permanecem fechadas no período da noite, sem contar com a presença de efetivo policial.

Além da necessidade do controle de acesso de pessoas e segurança das instalações físicas, deve-se ressaltar o aspecto patrimonial, pois tais imóveis abrigam veículos, materiais, mobiliário, infraestrutura de rede, armamentos, dentre tantos outros bens da Administração, de modo que danos ou subtração dos mesmos significariam prejuízo para a União, comprometimento da segurança orgânica e possível interrupção na prestação dos serviços aos usuários.

Nesse sentido, reputa-se necessário garantir a segurança das instalações, controlando a entrada e saída de materiais e de pessoas, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, assegurar a integridade física dos servidores e das autoridades, bem como de todos aqueles que, eventualmente, transitam nas instalações das Contratantes.

De *per si*, tais atividades não se constituem como missão institucional do Órgão, nem como ações que importem em limitação do exercício de direitos individuais em benefício do interesse público, exercício de poder de polícia ou manifestação de vontade do Estado pela emanção de atos administrativos.

Em hipótese algumas, será transferida à Contratada a responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão.

Ressalta-se que as tarefas atinentes às atividades vigilância são auxiliares à atuação de servidores do quadro de pessoal efetivo que atuam nas tarefas administrativas e operacionais de maior complexidade, encontrando respaldo para a sua execução indireta no Decreto nº 9.507/2018, que assim autoriza:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Art. 2º Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação.

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Além disso, a Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, assim autoriza:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Em complemento, a Portaria nº 443/2018 do então Minsitério do Planejamento, Dsenvolvimento e Gestão, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018, prevê o seguinte:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

...

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

b) Caracterização do objeto

Contratação de Serviço com mão de obra residente.

c) Classificação do objeto:

O serviço a ser contratado enquadram-se na classificação de “comum”, uma vez que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) Especificações técnicas do objeto:

a.1) Especificações gerais:

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:

ITEM	CÓD. CBO	OCUPAÇÃO	DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA DAS ATIVIDADES	OBSERVAÇÃO
1	5173-30	Vigilante	Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias; controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.	A execução de todas as atividades serão realizadas sob a supervisão de servidor de carreira da Contratante. Em hipótese algumas, será transferida ao funcionários da Contratada a responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão.

Nos termos do art. 15 da Lei nº 7.102/83, o funcionário empregado pela Contratada deverá:

- a) Ser brasileiro;
- b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) Ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- d) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado, com certificado válido;

e) Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental, com certificado válido;

f) Não ter antecedentes criminais registrados;

g) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Os postos de trabalho possuem carga horária em regime de escala 12x36 horas (diurno e noturno), prestados de forma ininterrupta todos os dias.

A utilização da unidade de medida "posto" se justifica tendo em vista a atividade ser de difícil mensuração, o que inviabiliza o uso de outra unidade.

O horário de rendição para os postos 12x36h diurno e noturno é, respectivamente de 07h00h e às 19:00h podendo a contratada propor outro horário de rendição desde que justificadamente e aceito pelo gestor do contrato.

O horário de rendição eventualmente sugerido pela Contratada somente poderá ser acatado pela Contratante desde que não importe em pagamento de horas noturnas ao funcionário utilizado no posto diurno, ou seja, a sua jornada não poderá ser iniciada antes das às 5:00 horas e terminar após 22:00 horas.

A contratada arcará com qualquer ônus decorrente da mudança de horário na rendição.

Ficam estabelecidos os seguintes tratamentos:

Evento	Tratamento
Intervalo Intra jornada	O intervalo para o repouso e alimentação não será concedido, o que importará na remuneração do período correspondente com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, conforme preceitua o § 4º do art. 71 da CLT, parágrafo acrescido pela Lei no 8.923, de 27-7-1994 (DOU, de 28-7-1994).
Pontos facultativos decorrentes de previsão legal	Deverá ser mantida integralmente a prestação do serviço.
Feriados municipais, estaduais e federais	Deverá ser mantida integralmente a prestação do serviço.
Recessos concedidos a servidores públicos (Recesso de final de ano, por exemplo)	Deverá ser mantida integralmente a prestação do serviço.
Horas extras	Horas extras somente serão admitidas em caso excepcionalíssimos, comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela Contratante e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
Compensação de horas	Somente se admitirá a realização de compensação de horas para gozo das horas acumuladas em razão da ocorrência de horas extras realizadas conforme item anterior. Sendo vedada a realização de compensações para atender quaisquer outros interesses.
Faltas e substituições	<p>Os postos de trabalho não poderão ficar descobertos e, nas hipóteses de faltas e afastamentos do funcionário, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas do início da jornada profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais ou superiores àquelas definidas para o serviço contratado, devendo identificar previamente o respectivo substituto à Equipe de Fiscalização e Gestão.</p> <p>As faltas e ausências ao serviço, apontadas pela Equipe de Fiscalização e Gestão, para as quais a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de penalidades.</p>

Controle de frequência	<p>A Contratada deverá utilizar método de controle de frequência que permita a imediata conferência por parte do funcionário sobre a correção dos lançamentos efetuados.</p> <p>No caso de utilização de mecanismo eletrônico, este deve emitir relatório (diário, semanal e mensal) para conferência do funcionário.</p> <p>A Contratada deve orientar seus funcionários a efetuarem comunicação imediata ao preposto e à equipe de fiscalização de fiscalização e gestão do contrato quando verificarem erros nos lançamentos para que se possa providenciar a correção.</p>
------------------------	--

a.2) Do início da prestação dos serviços:

A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do setor de licitações, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação, de acordo com o §3º do art. 44 da IN 05/2017-SEGES/MPDG.

Na análise deste pedido de prorrogação, a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços, de acordo com o §4º do art. 44 da IN 05/2017-SEGES/MPDG.

a.3) Dos critérios de sustentabilidade:

- A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego ou seu correlato;
- A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego ou seu correlato;
- A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego ou seu correlato;
- Deve ser incluída nas obrigações da contratada a exigência de comprovação, antes da efetivação da contratação, das seguintes condições:
- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial nº 04/2016;
- Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça, religião ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;
- Deve constar como obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

a.4) Dos Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O conjunto do uniforme será fornecido semestralmente e compreenderá as seguintes peças e quantidade:

Uniformes	UNIDADE	Início da Contratação	A cada 06 meses	Quantidade 24 meses

Calça	Unidade	2	1	5
Camisa de mangas compridas e/ou curtas com emblema da empresa	Unidade	2	1	5
Cinto	Unidade	1	-	1
Coturnos com solado de borracha	Unidade	1	-	1
Meias	Par	2	2	8
Jaqueta de frio ou Japona com emblema da empresa	Unidade	1	-	1
Capa de chuva	Unidade	1	-	1
Crachá de identificação	Unidade	1	-	1

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e NÃO PODERÃO ser das CORES AZUL e CAQUI, bem como de suas variações, afim de evitar que sejam confundidas com os uniformes dos Policiais Rodoviários Federais.

Deverá ser fornecido 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato , devendo cada peça ser substituída conforme quadro constante do item 10.2, ou a qualquer época, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

a.5) Dos equipamentos:

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Equipamentos e materiais (por posto)	UNIDADE	Conjunto no Início da Contratação	Quantidade 24 meses
Cassetete, tonfa ou similar	Unidade	1	1
Porta Cassetete, tonfa ou similar	Unidade	1	1
Apito	Unidade	1	1
Livro de ocorrência	Unidade	1	1
Lanterna, porta lanterna, pilhas e carregador de pilhas	Unidade	1	1
Intercomunicadores portáteis	Unidade	1	1
Colete a prova de balas nível II ou superior	Unidade	1	1

Armamento calibre 38	Unidade	1	1
Cinturão com coldre para armamento	Unidade	1	1
Munição calibre 38 (no mínimo, três vezes a capacidade de tiro do armamento)	Unidade	48	1

b) Exigência de Habilitação econômico financeira, jurídica e técnica:

Habilitação econômico financeira:

Prevê aquelas contidas na IN 05/2017 para serviços com mão de obra.

Habilitação Jurídica:

Comprovante de autorização para funcionamento expedido pela Polícia Federal, nos termos do inciso I do art. 14 da Lei nº 7.102/1983.

Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, emitido pelo Departamento Estadual de Polícia Científica, com validade na data de apresentação, conforme inciso II do art. 14 da Lei Federal nº 7102/83 e Portaria Estadual Nº 001/2001/DIRD/SSP-SP;

Habilitação Técnica:

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de vigilância, por período não inferior a 12 (doze) meses, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Esta previsão se justifica pela necessidade de se ter critérios que garantam minimamente a contratação de fornecedor com experiência, o que poderá garantir maior efetividade à restação do serviço.

c) Definição e justificativa da natureza dos serviços:

Trata-se de serviços contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que a sua execução exige, entre outros requisitos, que:

- os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

d) Avaliação da duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

A Lei 14.133/2021 prevê em relação à duração dos contratos o seguinte:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Com fundamento nesta norma, projeta-se a contratação com vigência de 24 (vinte e quatro) meses. Com este prazo mais alongado, a contratada poderá realizar o retorno de seu investimento em longo prazo, gerando expectativa de diminuição de preços, haja vista que, caso o contrato fosse de apenas um ano, prorrogável, era de se esperar que o licitante calcularia seu retorno nesse mesmo período, passando a ter um lucro acima do normal nos anos seguintes.

Prazos maiores também fornecem maior estabilidade contratual (tanto para a contratada como para a contratante): a garantia prestada será de maior vulto, o que permite selecionar, ao menos em tese, empresas com melhores condições financeiras, repercutindo na escolha de proposta mais vantajosa economicamente para a Administração.

Além disso, haverá o ganho administrativo frente a redução do quantitativo de aditivos de prorrogação do contrato, minimizando os custos indiretos com despesas processuais.

e) Aplicabilidade de Instrumento de Medição de Resultados – IMR:

INDICADORES	
Proporcionalidade ao atingimento de metas estabelecidas no IMR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a adequada execução dos serviços contratados.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados, adequados ao uso e à perspectiva da administração.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Trimestral
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências no trimestre refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato. Será formalizada no 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do Contrato, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia.
Faixas de ajuste no Pagamento	<ul style="list-style-type: none">• 0 a 5 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% do valor faturado no trimestre.• 06 a 10 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% do valor faturado no trimestre.• 11 a 15 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% do valor faturado no trimestre.• a partir de 16 ocorrências – 85% da meta = recebimento de 85% do valor faturado no trimestre.

Observações	<p>Os níveis de serviços serão avaliados trimestral e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços.</p> <p>A primeira avaliação será formulada após o 90º (nonagésimo) dia da data de assinatura do Contrato, no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º dia.</p> <p>O ajuste no pagamento (glosa), se houver, será formalizado no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 90º (nonagésimo) dia da data da assinatura do Contrato.</p> <p>O ajuste no pagamento se dará em razão do total faturado no trimestre de apuração.</p>
-------------	---

FATORES DE AVALIAÇÃO

TABELA I

AVALIAÇÃO TRIMESTRAL				
ITEM	METAS	OCORRÊNCIAS		
		Mês 1	Mês 2	Mês 3
		Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências
1	Manter a documentação de habilitação atualizada.			
2	Manter empregado qualificado para a execução dos serviços.			
3	Manter os serviços contratuais de acordo com o determinado no Termo de Referência.			
	Observar a periodicidade e o modo de execução dos			

4	serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência.			
5	Registrar e controlar a assiduidade e pontualidade dos empregados, não permitindo atraso na chegada ou antecipação na saída superior a 15 (quinze) minutos.			
6	Providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências nos postos de serviço, conforme previsto no Termo de Referência.			
TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE METAS NÃO ATENDIDAS NO TRIMESTRE				

TABELA II

ITEM	FALTAS	OCORRÊNCIAS		
		Mês 1	Mês 2	Mês 3
		Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências	Quantidade de ocorrências
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme incompleto, rasgado e/ou sujo.			

2	Permitir a execução dos serviços por colaboradores sem qualificação e/ou sem identificação (uso de crachás).			
3	Deixar de executar o serviço solicitado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo sem motivo de força maior.			
4	Destruir ou danificar documentos da Contratante por culpa ou dolo dos seus empregados.			
5	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do Contrato			
6	Não cumprimento de obrigações previdenciária e trabalhistas			
TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE FALTAS NO TRIMESTRE				
TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS METAS + FALTAS				

TABELA III – AJUSTE DO PAGAMENTO

VALOR FATURADO NO TRIMESTRAL (A)	R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Período de apuração	Trimestral
Número de Ocorrências (B)	
PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META % (C)	
VALOR AJUSTADO A SER PAGO PARA EMPRESA	

TABELA DE REFERÊNCIA PARA AJUSTE DO PAGAMENTO	
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO TRIMESTRE (B)	PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META % (C)
0 a 02	100%
03 a 10	95,00%
11 a 15	90,00%
a partir de 16	85,00%

f) Indicação da necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas entre o contrato em execução e a nova contratação

Por se tratar de objeto de baixa complexidade, não há necessidade de definições pormenorizadas sobre transição contratual.

g) A vistoria será obrigatória ou facultativa?

Facultativa.

7. Levantamento de Mercado

É sabido que atualmente a necessidade por segurança patrimonial pode ser suprida com a aplicação de métodos tecnológicos, como câmeras de monitoramento, e com o emprego de mão de obra residente. Como este órgão possui características peculiares, cuja relevância o torna potencial alvo de invasões, não é possível prescindir da utilização de mão de obra nos locais.

Ademais, a utilização de servidores policiais para esta tarefa, além de representar desperdício de recursos públicos, dada a sua diferença salarial em relação aos vigilantes particulares, impactaria sobremaneira na execução das obrigações constitucionais da PRF.

Por fim, cumpre destacar que o mercado dispõem de diversas empresas especializadas em fornecer mão de obra deste tipo para a Administração Pública. Desta forma, será possível a realização de pregão eletrônico do tipo menor preço para a escolha do fornecedor.

8. Descrição da solução como um todo

A solução está delimitada nos diversos itens deste ETP, em especial, no item 6 - Requisitos da Contratação.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de postos foi fixada considerando os postos previstos no Contrato 1 (62104030) do processo 08658.023412/2024-81 em decorrência da necessidade da substituição de atual contratada por inexecuções contratuais.. Além disso, foi acrescida demanda da 3ª Delegacia.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.607.232,00

Por se tratar de contratação de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, para a definição do valor estimado da contratação foi utilizada a metodologia constante na na alínea "b.1" do Anexo V da IN 05/2017 nos termos do art. 9º da IN SEGES/ME nº 65/2021:

IN SEGES/ME nº 65/2021

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.

IN nº 05/2017

ANEXO V

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

- a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;
- b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:
 - b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;
 - b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e
 - b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

Em contratos com este escopo, os custos envolvidos são variados e muitos elementos normativos e estatísticos interferem na formação do preço, po isso a confecção da planilha é mais adequada do que a mera obtenção do média de preços similares através do Comprasgov ou da pesquisa pesquisa direta a fornecedores. Nesta última, é comum que as empresas do ramo superfaturem seus custos vislumbrando a possibilidade de aferir margem de lucro desproporcional.

Desta forma, chegamos ao preço estimado através da confecção de planilha, na qual foram somados os diversos custos definidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vale transporte, impostos e contribuições, percentuais estatísticos, tais como ocorrência de afastamentos, custos indiretos e lucro.

Utilizamos a ferramenta de pesquisa de preços do ComprasGov apenas para o estabelecimentos dos valores dos insumos que compõem o preço final da unidade da mão de obra, os quais constam no Relatório de Pesquisa de Preço - Insumos (SEI nº 71909001).

A obtenção do preço estimado deu-se por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços (SEI 71908954), observados os custos dos itens referentes ao serviço abaixo detalhados:

Alíquota do Imposto Sobre Serviço - ISS	Variável de acordo com o município da execução	Utilizado o percentual definido pelo município para a atividade. Percentuais discriminados na Planilha - Preço máximo admissível (SEI nº <u>71908954</u>).
QUANTIDADE DIÁRIA DE BILHETES DE TRANSPORTE	2	Quantidade diária usualmente utilizada por funcionários para deslocamento.
CUSTO UNITÁRIO DO TRANSPORTE NO MUNICÍPIO	Variável de acordo com o município da execução	Valores de cada município discriminados na Planilha - Preço máximo admissível (SEI nº <u>71908954</u>).
Regime Tributário (Observação: Ao escolher o regime tributário, haverá a		

adequação automática dos itens impactados pelo regime escolhido)		LUCRO PRESUMIDO	Utilizado os percentuais do regime de Lucro Presumido por se tratar de serviço de vigilância.
PIS		0,65%	
COFINS		3,00%	
Custos Indiretos		1,50%	Definido com base na média aritmética dos percentuais de contratações similares de prestação de serviços com mão de obra residente vigentes na Superintendência à época da confecção da planilha.
Lucro		1,50%	Definido com base na média aritmética dos percentuais de contratações similares de prestação de serviços com mão de obra residente vigentes na Superintendência à época da confecção da planilha.
Numero de meses de execução contratual.		24	Vigência definida no ETP.
Dados da Convenção Coletiva de Trabalho utilizada	SP000195/2026		Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 56185255)
	Nome do Sindicato signatário da CCT (PATRONAL)	SESVESP - SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA, SEGURANCA ELETRONICA E CURSOS DE FORMACAO DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ n. 53.821.401/0001-79	
	Nome do Sindicato signatário da CCT (LABORAL)	Diversos	
Data base da categoria		01 de janeiro	
Vigilante		R\$ 2271,74	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 71908493)
Auxílio refeição	Valor unitário	R\$ 42,00	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 71908493)
	Participação do empregado (Previsão na CCT)	18%	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 71908493)
Vale transporte	Participação do empregado sobre o salário normativo	6,00%	Percentual definido na LEI No 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985.
Cesta Básica	Valor unitário	R\$ 208,45	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 56185255)
Auxílio Saúde	Valor unitário	R\$ 208,45	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 56185255)

Auxílio Saúde	Participação do empregado (Calculado com base no salário normativo)	5%	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 56185255)
Auxílio Funeral	Fator calculado com base no salário normativo	2,00	Convenção Coletiva da categoria no Estado de São Paulo SEI nº 56185255)
Auxílio Funeral	Percentual de ocorrência	0,10%	Estatístico definido com base em contratações similares.
Seguro de Vida	Valor da apólice por empregado	R\$ 5,00	Definido com base na média aritmética dos percentuais de contratações similares de prestação de serviços com mão de obra residente vigentes na Superintendência à época da confecção da planilha.
Quantidade média de feriados ao ano		14	-
GFIP	RAT	3,00%	Utilizado o percentual legal máximo.
	FAP	2	Utilizado o percentual legal máximo.
Afastamento Maternidade	% de ocorrência	2,00%	Percentual do ocorrência utilizado de acordo com dados do IBGE.
	Afastamento (meses)	4	Conforme CLT.
Ausência por Doença	Dias de ocorrência por ano	5,96	Percentual do ocorrência utilizado de acordo com dados do IBGE.
Licença Paternidade	Dias de afastamento	5	Conforme CLT
	% de ocorrência anual	1,50%	Percentual do ocorrência utilizado de acordo com dados do IBGE.
Ausências Legais	Dias de ocorrência por ano	5,96	Percentual do ocorrência utilizado de acordo com dados do IBGE.
Ausência por Acidente de Trabalho	Número de dias em que o empregado fica afastado e é remunerados pela empresa	15	Conforme CLT.
	% de ocorrência anual de trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho	8,00%	Percentual do ocorrência utilizado de acordo com dados do IBGE.
Aviso Prévio trabalhado (final do contrato)	% de ocorrência	100%	Percentual de 100% considera o encerramento da contratação.

Aviso Prévio Indenizado	% de ocorrência	5,55%	Percentual definido com base no Acórdão 1.904/2007/TCU.
-------------------------	-----------------	-------	---

INSUMOS: Preços definidos através de pesquisa no Comprasgov conforme Relatório de Pesquisa de Preço - Insumos (SEI nº 71909001):

Uniformes	Catmat	UNIDADE	Início da Contratação	A cada 06 meses	Quantidade 24 meses	Vida Util (meses)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Calça	601102	Unidade	2	1	5	6	79,00	R\$ 16,46
Camisa de mangas compridas e/ou curtas com emblema da empresa	230142	Unidade	2	1	5	6	85,01	R\$ 17,71
Cinto	603553	Unidade	1	-	1	24	28,00	R\$ 1,17
Coturnos com solado de borracha	614123	Par	1	-	1	24	145,00	R\$ 6,04
Meias	265527	Par	2	2	8	6	15,00	R\$ 5,00
Jaqueta de frio ou Japona com emblema da empresa	455531	Unidade	1	-	1	24	142,00	R\$ 5,92
Capa de chuva	319636	Unidade	1	-	1	24	34,00	R\$ 1,42
Crachá de identificação	439776	Unidade	1	-	1	24	5,31	R\$ 0,22
CUSTO MENSAL								R\$ 53,93
Equipamentos e materiais (por posto)	Catmat	UNIDADE	Início da Contratação	A cada 06 meses	Quantidade 24 meses	Vida Util (meses)	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Cassetete, tonfa ou similiar	299290	Unidade	1	-	1	48	R\$ 64,99	R\$ 1,35
Porta Cassetete, tonfa ou similiar	474226	Unidade	1	-	1	48	R\$ 25,80	R\$ 0,54
Apito	403271	Unidade	1	-	1	24	R\$ 33,36	R\$ 1,39
Livro de ocorrência	616483	Unidade	1	-	1	24	R\$ 11,00	R\$ 0,46
Lanterna, porta lanterna, pilhas e carregador de pilhas	244495	Unidade	1	-	1	24	R\$ 40,89	R\$ 1,70
Intercomunicadores portáteis	613657	Par	1	-	1	48	R\$ 145,00	R\$ 3,02
Colete a prova de balas nível II ou superior	432152	Unidade	1	-	1	60	R\$ 283,95	R\$ 4,73
Armamento calibre 38	99830	Unidade	1	-	1	120	R\$ 4.503,00	R\$ 37,53
Munição calibre 38 (no mínimo, três vezes a capacidade de tiro do armamento)	242723	Unidade	48	-	48	60	R\$ 9,11	R\$ 7,29
Cinturão com coldre para armamento	377278	Unidade	1	-	1	48	R\$ 196,00	R\$ 4,08
CUSTO MENSAL								R\$ 62,09

O preço estimado da contratação é R\$ 7.607.232,00 (sete milhões seiscentos e sete mil duzenos e trinta e dois reais), conforme memória de cálculo constante na planilha de custos e formação de preços:

Item	Nome da	Endereço	Turno	Escala	Período	Quantidade	Quantidade de	Vigência da	Valor por	Valor Mensal	Valor total
------	---------	----------	-------	--------	---------	------------	---------------	-------------	-----------	--------------	-------------

	unidade					de postos	funcionários	contratação (meses)	Funcionário	do item	do item
1	Sede da SPRF /SP	Rua Deputado Vicente Penido, 255, Vila Guilherme, CEP 02064-120, São Paulo/SP	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	2	4	24	R\$ 7.588,02	R\$ 30.352,08	R\$ 728.449,92
2			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	3	6	24	R\$ 8.867,30	R\$ 53.203,80	R\$ 1.276.891,20
3	Hangar de Atibaia	Avenida Maria Alvim Soares, Hangar 10, Jardim Alvinópolis - Aeródromo de Atibaia/SP	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.795,32	R\$ 15.590,64	R\$ 374.175,36
4			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 9.116,64	R\$ 18.233,28	R\$ 437.598,72
5	3ª Delegacia – Atibaia	BR 381 – Rodovia Fernão Dias, Km 47 – Bairro do Rosário – Atibaia	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.795,32	R\$ 15.590,64	R\$ 374.175,36
6			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 9.116,64	R\$ 18.233,28	R\$ 437.598,72
7	4ª Delegacia – Itapecerica da Serra	Rua Montevideu, 1026 - Parque Paraíso - Itapecerica da Serra/SP - CEP: 06852-470	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.543,40	R\$ 15.086,80	R\$ 362.083,20
8			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 8.822,70	R\$ 17.645,40	R\$ 423.489,60
9	5ª Delegacia – Registro/SP	Av. Presidente Castelo Branco, 1931, Km 446 - Vila Ponce - Registro/SP - CEP: 11900-000	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.725,40	R\$ 15.450,80	R\$ 370.819,20
10			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 9.032,39	R\$ 18.064,78	R\$ 433.554,72
11	6ª Delegacia – Ubatuba/SP	BR 101 - Rodovia Governador Mário Covas, km 47,8 - Bairro Sumaré - Ubatuba/SP - CEP: 11690-754	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.639,32	R\$ 15.278,64	R\$ 366.687,36
12			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 8.932,33	R\$ 17.864,66	R\$ 428.751,84

13	8ª Delegacia – Cachoeira Paulista	BR 116 - Rodovia Presidente Dutra, Km 78,8 - Roseira/SP - CEP: 12580-000	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.658,55	R\$ 15.317,10	R\$ 367.610,40
14			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 8.951,55	R\$ 17.903,10	R\$ 429.674,40
15	9ª Delegacia – São José do Rio Preto	BR 153 - Rodovia Transbrasiliana, Km 59,5 - Vila Militar - São José do Rio Preto/SP - CEP 15053-000	Vigilante Diurno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 7.641,75	R\$ 15.283,50	R\$ 366.804,00
16			Vigilante Noturno Armado	12 x 36 h	Segunda a Domingo	1	2	24	R\$ 8.934,75	R\$ 17.869,50	R\$ 428.868,00
Valor estimado total da contratação											R\$ 7.607.232,00

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

a) O parcelamento é técnica e economicamente viável?

Em que pese o fato de haver tipos de postos, um para cada turno (dia e noite), com localidades de execução distintas, optou-se por reuni-los em um único grupo para que os custos com a contratação possam ser diluídos em um número maior de postos, reduzindo o valor unitário. Como exemplo, pode-se citar a aquisição de uniformes, EPIs e demais equipamentos. As quantidades a serem adquiridas pela licitante vencedora do grupo único serão maiores, condição que propicia a obtenção de insumos a valores menores. Assim, poderá ser alcançada uma economia no valor final de cada posto, refletindo, no valor final da contratação.

Quanto a aquisição em separado dos insumos, tal prática há muito já se mostrou ineficiente, uma vez que procedimentos contratação autônomas normalmente tendem a serem processados em tempo distintos. Caso um dos procedimentos seja frustrado, o que outro também perderá a sua exequibilidade.

Além disso, haverá um ganho de vantajosidade nos valores ofertados no que se refere à rubrica "custos indiretos", pois o licitante vencedor terá um contrato maior para diluir tais custos, proporcionando à Administração contratar a melhores preços.

Outro ponto considerado serão os ganhos administrativos já que resultará apenas em um contrato otimizando os procedimentos da Contratante no que se refere à gestão contratual. Manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente múltiplos contratos requer a participação de número maior de servidores, o que se mostra inviável dada a ao quadro de servidores deficitário atual.

b) Com o parcelamento haverá perda de escala?

SIM.

b) Com o parcelamento haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade?

Não.

d) Haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada?

Não.

e) Haverá ou não obrigação de subcontratação de parte do objeto de Microempresa ou Empresa de pequeno porte?

Não.

f) Haverá ou não possibilidade de as empresas concorrerem em consórcio?

Não, já que o objeto é de baixa complexidade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Declaramos que a contratação possui alinhamento com o Planejamento estratégico 2023/2028, além de estar previsto no Plano Anual de Contratações do ano de 2024.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação será benéfica para o órgão, considerando os seguintes aspectos:

1. economicidade: é vantajoso economicamente para a Administração que os serviços sejam prestados por uma empresa terceirizada a ser contratada por meio de Pregão Eletrônico, garantindo o melhor preço pelo serviço.
2. eficácia e eficiência: o serviço será prestado por empresa que disponibilizará profissionais capacitados a realizá-lo da melhor forma, garantindo a eficácia e eficiência.
3. melhor aproveitamento dos recursos humanos: serão disponibilizados profissionais habilitados para executar as atividades para a qual forma treinados possibilitando que os servidores das SPRFs exerçam suas atribuições em ambientes salubres.
4. segurança das instalações do prédio, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;
5. controle da circulação de bens, próprios e de terceiros, o remanejamento entre as unidades, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;
6. integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controle da circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;
7. preservação do bem-estar físico dos servidores, colaboradores e usuários de serviços da PRF, quando presentes nas unidades das contratantes; 8. continuidade dos serviços de vigilância prestados nas dependências, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

15. Providências a serem Adotadas

Como há contrato de mesmo objeto ainda vigente nesta Superintendência, não é necessária qualquer adequação do ambiente, sendo mera substituição dos serviços já prestados pela nova contratação, contando inclusive com equipe de fiscalização já pronta para acompanhar o novo contrato.

16. Possíveis Impactos Ambientais

As ações preventivas relacionadas à sustentabilidade ambiental estão previstas no item 6 deste ETP.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MOISES DE MELO

EPC



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 13:37:32.

CIRO COSTA DUARTE

EPC



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 13:36:52.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos fatos apurados neste estudo técnico preliminar, declaramos que a contratação deste SERVIÇO é viável, adequado para o atendimento da necessidade a que se destina e atende às determinações contidas na IN 58 2022.